

**Dossiê: As interseccionalidades na Educação Especial e Educação do Campo
em ambiente diversos**

**As discursividades sobre a inclusão escolar nos cursos de licenciatura em Educação do
Campo no Rio Grande do Sul**

*Discourses about school inclusion in teaching courses in Rural Education in the state of Rio
Grande do Sul.*

Rejane Ramos Klein
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Tramandaí-Brasil

Resumo

O presente texto tem como objetivo apontar como a inclusão escolar é abordada em cursos de licenciatura em Educação do Campo no estado do Rio Grande do Sul, problematizando os efeitos no processo de formação docente na Educação Básica. Como metodologia, realizou-se uma análise documental dos Projetos Políticos dos referidos cursos. Sob uma perspectiva foucaultiana, utilizou-se o conceito de discurso para identificar alguns enunciados nos referidos Projetos por meio das ementas das disciplinas voltadas ao tema da inclusão. Observou-se que essa temática aparece vinculada às áreas da Educação Especial e Inclusiva, sendo necessário considerar a interface com a Educação do Campo.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Educação do Campo; Formação de Professores.

Abstract

This text aims to show how school inclusion has been addressed in teaching courses in Rural Education in the state of Rio Grande do Sul, by problematizing its effects on teacher education in Basic Education. As a methodology, a documentary analysis of the Political Projects of the courses was carried out. From a Foucauldian perspective, the concept of discourse was used to identify some utterances in those Projects considering the syllabi of disciplines focused on the theme of inclusion. It was observed that this theme appears linked to the areas of Special and Inclusive Education, and it is necessary to consider its interface with Rural Education.

Key words: School inclusion; Rural Education; Teacher education.

Reverberações sociais, educacionais e formativas

*E fez o criador a natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela Terra, Terra
Terra, Terra
(Canção da Terra - Música - Pedro
Munhoz)*

A música trazida como epígrafe deste artigo serve de inspiração para abordar a temática da inclusão escolar nos cursos de licenciatura em Educação do Campo. Na atual conjuntura política, especialmente no Brasil, importa trazer esse tema de forma articulada com a necessidade de reafirmação da luta pela Terra. A Terra, com T maiúsculo, leva-nos a lutar, como diz Pedro Munhoz. Segundo ele, só a rebeldia pode dar-nos a garantia ou a energia para estarmos permanentemente lutando por e nessa causa. Para citar um exemplo da necessidade de tal rebeldia: “o Marco Temporal entrou em regime de urgência, com apoio do Ministro da Agricultura” (Melgarejo, 2023). Essa triste notícia significa que o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar as demarcações de terras indígenas pelo critério chamado de “marco temporal”, indicando que os indígenas só podem reivindicar a demarcação de terras que já eram ocupadas por eles na data de promulgação da Constituição de 1988. Essa é apenas uma das lutas pela Terra que precisam ser travadas por nós em apoio a esses povos. Ruralistas e povos originários encontram-se em lados opostos! E de que lado estão os profissionais da educação? Especialmente os profissionais diretamente envolvidos com e na Educação do Campo?

Com apoio na perspectiva de Michel Foucault, a resposta a essa questão não seria binária; não se trataria de estar de um lado ou de outro, mas de pensar com o autor que

[...] nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. [...] Acho que a escolha ético-política que devemos fazer a cada dia é determinar qual é o principal perigo. (Foucault, 1995, p. 256)

Sair do registro binário permite-nos considerar que, diante dessas lutas, uma racionalidade neoliberal tem produzido subjetividades para pensar e agir sem mais importar-

se com o outro que tem sido invisibilizado e que vive em constante situação de exclusão. Uma racionalidade que tem imobilizado a todos a não mais lutar por igualdade de direitos, especialmente os grupos que estão a margem de condições dignas de vida, sem alimentação, moradia, emprego, renda, educação, cultura e saúde, dentre tantas outras questões. Dessa maneira, cabe priorizar o principal perigo: o quanto a Educação e a Educação do Campo precisam estar presentes em tais lutas, mobilizando especialmente as universidades no que tange à formação de professores para atuarem na Educação Básica, formando esses sujeitos “da margem”. Que tipo de formação pode ter em conta essas lutas?

O presente trabalho decorre de uma investigação que tematiza a formação de professores, buscando discutir tal processo na interface da Educação Especial e Inclusiva com a Educação do campo. O objetivo é apontar como a inclusão escolar é abordada em cursos de licenciatura em Educação do Campo no estado do Rio Grande do Sul, problematizando os possíveis efeitos no processo de formação docente na Educação Básica. As universidades que ofertam cursos de licenciatura em Educação do Campo, com ênfase nas Ciências da Natureza, formam professores para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e nas disciplinas de Química, Física e Biologia no Ensino Médio.

A produção dos dados analisados partiu de cinco cursos de licenciatura ofertados em quatro universidades federais localizadas no estado do Rio Grande do Sul, a saber: Universidade da Fronteira Sul - UFFS – Campus Erechim; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, sendo dois cursos ofertados, um em cada campus: Porto Alegre e Litoral Norte; Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito; e Universidade do Rio Grande – FURG – Campus São Lourenço do Sul. Identificaram-se, no currículo dos cursos, as disciplinas voltadas à temática da inclusão escolar, para analisar de que maneira os saberes elencados nessas disciplinas se articulam à Educação do Campo, ou seja, como se considera o contexto no qual os sujeitos estão inseridos, para pensá-los a partir de suas diferenças, que não se restringem a um tipo de deficiência ou à diferença cognitiva de aprendizagem.

Para desenvolver as análises, buscou-se aproximação com algumas ferramentas foucaultianas para identificar certa produção discursiva sobre a inclusão escolar, a fim de observar até que ponto a Educação do Campo está sendo considerada. Tem-se como hipótese que o enfoque da inclusão escolar, voltada ora para a Educação Inclusiva, ora para a Educação

Especial, muitas vezes, aparece de forma dissociada do contexto no qual os sujeitos se inserem, e tal dissociação produz efeitos na formação de professores que atuam na Educação Básica. Tais efeitos merecem ser problematizados como regimes de verdade que contribuem para o silenciamento das demais diferenças dos sujeitos.

Arranjo teórico-metodológico: discursos e seus efeitos de verdade

A produção dos dados analisados neste estudo constitui-se a partir de um conjunto de documentos, que são os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e as ementas das disciplinas voltadas ao tema da inclusão escolar. Trata-se de uma análise documental, tendo em vista “as discursividades” em torno da temática da inclusão escolar. A analítica dos dados tem como base a ideia de Le Goff (2015), que entende os documentos como monumentos que se materializam em determinados contextos históricos, com suas lutas, embates e disputas por sentidos e significados. Nesse caso, importa perceber os deslocamentos da temática da inclusão escolar, construída por discursos sobre a Educação Inclusiva e a Educação Especial.

Sob uma perspectiva foucaultiana, utilizou-se o conceito de discurso para analisar alguns enunciados voltados à referida temática. Discurso, para Foucault, não é apenas um ato de fala, mas um ato discursivo capaz de constituir os objetos dos quais fala. Nas palavras de Veiga-Neto (2003), os discursos são feitos de signos, e eles fazem mais do que simplesmente designar coisas. Esse mais, para o autor, torna os discursos irreduzíveis à língua e ao ato de fala. Assim, o enunciado é um ato discursivo que revela um conjunto de regras em um dado período histórico e em uma dada sociedade. Os atos discursivos não se separam dos contextos locais e dos significados do cotidiano; situam-se em uma rede discursiva que produz verdades sobre os sujeitos e as práticas, constituindo-os de determinadas formas. Os discursos, conforme Foucault, subjetivam porque estão distribuídos de maneira difusa pelo tecido social, marcando o pensamento de uma época, ou seja, os discursos constroem subjetividades. (Veiga-Neto, 2003).

Quais são os discursos sobre a inclusão escolar que se constituem pela Educação Especial e Educação Inclusiva e que aparecem nas ementas das disciplinas, com o objetivo de formar os estudantes, futuros docentes, para atuarem na Educação Básica, considerando determinados sujeitos como sendo “de inclusão”ⁱⁱ? Importa mostrar que os cursos de licenciatura são atravessados pelas políticas de Educação Inclusiva, especialmente pela política atual vigente, intitulada Política de Educação Especial na perspectiva da Educação

Inclusiva-PEEPEI (Brasil, 2008). A Educação Especial passou a ser compreendida como uma modalidade complementar e suplementar que atravessa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, não tendo mais caráter substitutivo da escolarização. A Educação Inclusiva foi definida como “uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (Brasil, 2008, p.1); adentra-se, assim, no campo dos direitos humanos. Percebe-se que o que prevalece nessa política é a defesa da escola comum como espaço legítimo de educação escolar de todos os sujeitos.

Os cursos de licenciatura também são pautados pela Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Dentre outros pontos, essas diretrizes orientam, no Art. 2°:

[...] aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar (Brasil, 2015,s/p).

Além dos desafios de considerar essas diferentes modalidades no âmbito da formação a partir de uma integração entre elas ou de forma interdisciplinar, a ênfase na Educação Inclusiva é reforçada no capítulo II, no art. 5° que diz: “VIII - à consolidação da Educação Inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.” (Brasil, 2015, s/p). Percebe-se, assim, uma amplitude no conceito de Educação Inclusiva, que abrange todas as diferenças, não apenas as relacionadas ao sujeito com deficiência.

Os cursos de licenciatura em Educação do Campo nascem nos anos 2000ⁱⁱⁱ e vão se constituindo a partir das políticas educacionais e de formação de professores para responder a essas importantes orientações, em que os grupos historicamente não visibilizados por tais políticas são considerados. Nesse sentido, cabe apontar uma das principais políticas relacionadas à Educação do Campo, que é o Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo. Lançado em 2012, o Programa objetivou oferecer apoio técnico e financeiro a estados, Distrito Federal e municípios para implementação da Política Nacional de Educação do Campo, devendo atender Escolas do Campo e Quilombolas.

A especificidade da Educação do Campo atrela-se à sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território onde ela se enraíza. Segundo Molina (2006), o debate sobre Educação do Campo só faz sentido como parte da possibilidade de construção de um Projeto de Nação. Podemos observar, na Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a regulamentação com orientações para a organização curricular e arranjos possíveis, inclusive permitindo adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, onde os conteúdos curriculares e metodologias deverão estar apropriados às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural. Sugere-se também a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, bem como à natureza do trabalho na zona rural.

Importa ainda observar, a partir desse contexto, a ênfase nas políticas de expansão da Educação Superior no Brasil. A formação de educadores do campo também esteve presente, com a implementação de 42 cursos de uma nova modalidade de graduação, intitulada licenciatura em Educação do Campo. (Molina, 2015). Pode-se marcar, nesse período, a afirmação de certa discursividade que passa a ganhar corpo nas políticas brasileiras da Educação do Campo, mas também da Educação Especial e Inclusiva. A inclusão de sujeitos considerados com deficiência em escolas do campo, tal como mostram Nozu e Bruno (2021), precisou abarcar os interesses e as necessidades dos camponeses, entendidos amplamente como aqueles que produzem sua existência na e com a terra. De acordo com esses autores, tal projeto almeja a criação de uma pedagogia que contemple “os valores, os princípios, as práticas e as culturas dos sujeitos do campo, assim como uma flexibilização de tempo-espço na organização escolar, tendo em vista as demandas das populações rurais”. (NOZU; BRUNO, 2021, p.134).

A inclusão dos estudantes nas escolas do campo em seu projeto institucional deveria estar alinhada às diretrizes da educação especial (Brasil, 2002), de modo que os alunos com algum tipo de necessidade educacional, oriundos do meio rural, tivessem acesso à educação Básica, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 2008). Assim, buscou-se um olhar para os PPCs dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo das quatro Universidades situadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, tomando especialmente as ementas das disciplinas que se voltam para as áreas da Educação Especial e da Educação Inclusiva.

A produção dos dados da pesquisa

As quatro instituições de ensino superior (IES) são apresentadas no quadro a seguir, com base em documentos disponibilizados nos seus respectivos sites^{iv}, que são de domínio público^v:

Quadro 1: Instituições, siglas e sites

N.	Instituição	Sigla	Site
1	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS - Campus Erechim	https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/ccieccner
2	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS/Campus Porto Alegre Campus Litoral Norte	https://www.ufrgs.br/liceducampofaced/projeto-pedagogico/ https://www.ufrgs.br/educampolitoral/?page_id=44
3	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA/ Campus Dom Pedrito	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecao-dp/projeto-politico-pedagogico-do-curso/
4	Universidade Federal do Rio Grande	FURG/ Campus São Lourenço do Sul	https://educacaodocampo.furg.br/o-curso

Fonte: Elaborado pela autora

Os cursos ofertados por tais universidades constituem-se como resultado de um conjunto de políticas^{vi} que visavam a garantir, dentre outras coisas, o protagonismo de movimentos sociais vinculados organicamente com as lutas e com as escolas do campo por meio da alternância pedagógica e de uma proposta de formação para o trabalho docente multidisciplinar. Trata-se de uma formação em que se consideram as tensões vigentes no campo devido à intensíssima expansão do modelo agrícola hegemônico, estruturado a partir do agronegócio. (Molina, 2015).

A organização curricular dessa licenciatura prevê etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares), porém, ofertadas em regime de alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, tendo em vista a articulação intrínseca entre educação e a realidade específica das populações do campo. Esta metodologia, de acordo com Molina (2015), intenciona evitar que o ingresso de jovens e adultos na Educação Superior reforce a alternativa de deixar de viver no campo, bem como objetiva facilitar que os professores em exercício nas escolas do campo tenham acesso aos cursos e neles permaneçam.

Em um sentido específico e técnico, os cursos^{vii} buscam criar modos de organização curricular e de trabalho docente que viabilizem uma alternativa educacional-formativa.

Conforme o edital, o Programa pretendeu apoiar a implantação de 40 cursos regulares de licenciaturas em Educação do Campo que integrassem ensino, pesquisa e extensão e promovessem a valorização da Educação do Campo. Os Projetos de curso desenhados a partir dessas premissas deveriam contribuir para a expansão da oferta da Educação Básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo, tendo como prioridade a garantia da formação inicial de professores sem Ensino Superior em exercício nas escolas do campo. (Brasil, 2012).

Destacam-se, a seguir, algumas características das propostas, evidenciando o compromisso com os povos do campo e enfatizando sua relação com as comunidades. Além dessa descrição, indicam-se as disciplinas que abordam o tema da inclusão escolar, para, em seguida, analisarmos os saberes que constituem esse tema, ou seja, quais discursividades aparecem e quais efeitos produzem nesse processo formativo de professores licenciados em Educação do Campo.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada em 2009, nasce da mobilização social de lideranças do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, encontrando-se presente em seis cidades: Cerro Largo, Passo Fundo e Erechim no Rio Grande do Sul; Chapecó (Sede) em Santa Catarina; Realeza e Laranjeiras do Sul no Paraná. O Campus Erechim, na Região do Alto Uruguai Gaúcho, abriga o curso de Educação do Campo, tendo sido inaugurado em 2010. A instituição fundamenta-se nas premissas de qualidade, inclusão social, formação humanizada e democrática, valorização da diversidade e preocupação com o desenvolvimento local e regional sustentável. (UFFS, 2019). Destaca-se que esse território, visto como berço de grande parte dos movimentos sociais do país – especialmente os ligados ao campo – é palco de lutas históricas pelo acesso à terra e referência nacional na organização comunitária. É marcado pela emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular, pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria. (UFFS, 2019). O curso de licenciatura em Educação do Campo estrutura-se com Seminários Integradores das Práticas Pedagógicas, organizados em diferentes Eixos Temáticos, que distribuem os saberes de investigação, formação de professores e estruturação da escola e seu contexto, enfatizando o diálogo entre os saberes populares e o conhecimento científico. Além disso, a relação entre as práticas do campo e o currículo de Ciências da Natureza articula-se à

agroecologia e aos recursos naturais do campo das Ciências da Natureza. A disciplina encontrada que aborda o tema em questão intitula-se Educação Inclusiva, localizada junto aos componentes curriculares do Domínio Conexo obrigatórios, que se compõem de um conjunto de componentes curriculares da área pedagógica; sua finalidade é situar e habilitar o acadêmico do curso para o exercício da prática docente. No mesmo domínio, encontra-se a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) oferta dois cursos de Educação do Campo^{viii}, um deles em Porto Alegre, capital do estado, e outro no município de Tramandaí, na região do Litoral Norte. Estão alinhados ao Projeto de Desenvolvimento Institucional da UFRGS, que prevê “o engajamento na criação de novos cursos de graduação, presenciais e a distância, em áreas ainda não atendidas, além de áreas inovadoras, de modo a atender a novas necessidades da sociedade e sempre observando os critérios de excelência acadêmica” (UFRGS,2016-2026, p.12). O curso busca atender a uma nova demanda, as populações do campo, que historicamente lutam por uma educação diferenciada de qualidade, que respeite as especificidades da vida naquele contexto. Em Porto Alegre, o curso é ofertado pela Faculdade de Educação (FACED), em parceria com a Faculdade de Agronomia (FAGRO), e alinha-se na construção de conhecimento sobre uma demanda social – a educação no/do campo –, atrelada a atividades de ensino, pesquisa e extensão, articulando-as à realidade dos estudantes oriundos do campo. (UFRGS, 2018). Esta Unidade de Ensino atua na formação de professores desde 1970 e atualmente forma professores nos níveis de graduação e pós-graduação *stricto e lato sensu*, estimulando a pesquisa e a publicação científica, bem como a extensão, com promoção de cursos, seminários e simpósios. A Faculdade de Educação oferece, anualmente, 60 vagas semestrais para o curso de Pedagogia e atua, ainda, na formação pedagógica dos 16 cursos de licenciatura da UFRGS. O Campus Litoral Norte (CLN), fundado em 2014, oferece 11 cursos de graduação. Alguns desses cursos, os de licenciatura, são ofertados na modalidade EaD, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em seu planejamento estratégico (2022-2025), menciona-se o desejo de ser reconhecido pela sociedade pela excelência na integração das áreas do conhecimento e sua aplicação, no âmbito regional, nacional e internacional, nas várias dimensões do seu fazer: ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Esses dois cursos nascem com o mesmo Projeto Político Pedagógico e apontam o propósito de abranger a população oriunda do campo, sob a perspectiva da interdisciplinaridade e da pedagogia da alternância. O campo é entendido por essa instituição como território de produção de vida, de produção de novas relações sociais, de novas relações entre os homens e a natureza, de novas relações entre o rural e o urbano. Com essa visão, o curso assenta-se em uma concepção teórica fundamentada em elementos filosóficos, históricos e sociológicos que permitem articular o pensar e o fazer pedagógico com a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável das comunidades do campo (UFRGS, 2018). No que se refere às disciplinas relacionadas à Educação Especial e Educação Inclusiva, os cursos apresentam uma disciplina de LIBRAS e, mais especificamente, a disciplina intitulada Educação Especial e Inclusão, localizada no segundo eixo – Territorialidade e Sustentabilidade: Desenvolvimento Rural Mundo Rural/do Campo. Encontra-se na etapa 4, com o tema gerador: saberes, práticas e currículos. Além disso, em uma perspectiva mais abrangente, encontra-se a disciplina de Diversidade Cultural: Perspectivas Antropológicas, localizada no eixo seguinte, intitulado Diversidade Cultural na Contemporaneidade: Desenvolvimento Rural Mundo Rural/do Campo.

Já na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), encontramos a descrição da região sul do estado do Rio Grande do Sul como sendo composta por municípios que têm como característica tanto pequenas áreas produtivas que detêm a mão de obra familiar, quanto grandes proprietários, que no Sul são denominados de estancieiros, formando um cenário de disputa e de exclusão social que intensifica o êxodo rural. Ressalta-se que a região de abrangência da FURG, com sua estrutura de multicampi, é reveladora da presença de sujeitos que podem integrar o curso, desde São Lourenço do Sul até Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Santo Antônio da Patrulha, além dos municípios e ilhas adjacentes. A presente proposta justifica-se por pretender abranger várias comunidades, em especial a partir do Campus de São Lourenço do Sul, e formar educadores com conhecimentos voltados para a Educação do Campo, valorizando os aspectos culturais e étnicos dessa região. Há interesse, por parte dos pequenos produtores rurais, que os filhos estudem e permaneçam nas propriedades, sem que precisem deslocar-se para os grandes centros. (FURG, 2018).

O curso foi criado em 2014, no Campus São Lourenço do Sul, a partir de um currículo com conteúdos específicos e da área de formação pedagógica, apresentando com foco no

processo formativo e ênfase nas Ciências da Natureza e Ciências Agrárias. A proposta almeja, dentre outros objetivos, a formação de novas lideranças que venham a contribuir com a permanência dos sujeitos no campo, de maneira comprometida e crítica, intervindo positivamente na garantia de condições dignas aos sujeitos que ali convivem e compartilham suas existências, hábitos, costumes e sonhos. (FURG, 2018). Assim como os demais cursos já destacados, este apresenta claramente uma crítica às políticas que reforçam a perspectiva capitalista de sustentação e fortalecimento do agronegócio, situação que contribui para a evasão do pequeno produtor do campo. (FURG, 2018). No que se refere às disciplinas relacionadas à Educação Especial e Educação Inclusiva, o curso apresenta somente LIBRAS I, no quinto semestre, e LIBRAS II, no sexto semestre. Não há, além destas, nenhuma disciplina que faça referência específica às áreas da Educação Especial ou da Educação Inclusiva. O quarto eixo, intitulado Articulação Social e Comunitária, prevê o desenvolvimento de Práticas Educativas Escolares e Comunitárias, com a perspectiva de inserção nas escolas e comunidades do campo.

Por fim, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) descreve-se como sendo resultado da reivindicação da comunidade da região e tem a pretensão de contribuir para o desenvolvimento rural, constatando-se demanda de profissionais relevantes nas transformações sociais, culturais e tecnológicas. O campus onde é ofertado o curso de licenciatura em Educação do Campo localiza-se no município de Dom Pedrito. Enraizada na fronteira de três países, a instituição multicampi está presente em dez cidades da metade sul do RS (Campus Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana). O curso nasce no ano de 2014 e constitui-se como uma oportunidade para os professores daquele município e para interessados das dez cidades/campi que constituem a UNIPAMPA, além de outros municípios vizinhos brasileiros, argentinos e uruguaios. Caracterizado como um curso pioneiro na modalidade na região da campanha gaúcha, o curso propõe-se a responder ao maior desafio da formação: "Como não reproduzir a mesma formação de licenciandos que vem desescolarizando o campo?" (UNIPAMPA, 2019, p.36). No eixo temático de Inclusão, Acessibilidade e Tecnologia, o curso apresenta uma disciplina intitulada Fundamentos da Educação Especial para a Educação do Campo. Além desta, pode-se visualizar a disciplina de LIBRAS; em outros eixos, constam outras disciplinas, que remetem a uma concepção mais ampla da inclusão, como,

por exemplo, a disciplina de Gênero, Sexualidade e Educação e a de Educação em Direitos Humanos.

Percebe-se, a partir desse conjunto de características, que as quatro universidades, em suas propostas de cursos de licenciatura em Educação do Campo, se apresentam com objetivos formativos muito próximos, vinculados às discussões que pautam as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitando e valorizando as diferenças e o direito à igualdade. Buscam contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Brasil, 2002). Quatro dos cinco cursos citados contemplam disciplinas que abordam, em específico, os saberes sobre a inclusão escolar em sua relação com as áreas da Educação Especial e da Educação Inclusiva; em um deles, não há disciplina explícita no currículo, ao menos enquanto disciplina obrigatória na grade curricular.

Educação Especial e Inclusiva: que efeitos produzem para a formação docente?

Educação especial e Educação do campo, historicamente, são áreas diferenciadas que atuam na formação de sujeitos; em geral, são nomeadas por um processo de diferenciação, operacionalizada a partir da instituição arbitrária da norma e de suas consequentes estratégias de normalização. (Nozu; Bruno, 2021). Se, por um lado, desde a década de 1990 até pelo menos 2016, observa-se um movimento de consolidação e fortalecimento das políticas inclusivas no Brasil, por outro, precisamos ainda assegurar o direito de todos à educação regular. No que se refere à organização de sistemas educativos inclusivos, cujo público-alvo são os sujeitos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação (AH/SD), há que garantir que tais sujeitos sejam vistos a partir dos contextos aos quais pertencem, como no caso dos sujeitos do campo, em suas mais variadas formas de vida.

Com a política PEEPEI (Brasil, 2008), a Educação Especial passou a ser compreendida como uma modalidade complementar e suplementar que atravessa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, não tendo mais caráter substitutivo da escolarização. A Educação Inclusiva foi definida como “uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (Brasil, 2008, p.1), adentrando, portanto, no campo dos

direitos humanos. Percebe-se que o que prevalece nessa política é a defesa da escola comum como espaço legítimo de educação escolar de todos os sujeitos. Importa entender que, no contexto brasileiro, desde a década de 1990, a racionalidade neoliberal “consolidou um quadro de desigualdade e precarização que forneceu as condições para o desenvolvimento de um processo de (des)democratização” (Lockmann; Klein, 2022, p.3). De acordo com as autoras, o público-alvo da Educação Especial também sofre os efeitos de frequentes investidas contra a justiça social e a igualdade. É evidente que algumas políticas fragilizam direitos historicamente conquistados e destituem algumas pessoas da sua condição de cidadãs em um Estado democrático. (Lockmann; Klein, 2022).

Em defesa de uma escola comum, segundo Nozu e Bruno (2021), o sujeito “deficiente” e o sujeito “rural” são constituídos nas relações de poder-saber e verdade, em um processo de enfraquecimento do modelo clínico da deficiência em detrimento do discurso social da deficiência. Com essas novas configurações, desde os anos 90, o atual regime de verdade da educação do sujeito com deficiência, a inclusão, “passa a direcionar a atenção aos elementos extrínsecos (ambientais, culturais e sociais) ao Sujeito” (Nozu; Bruno, 2021, p.93). Fica explícito, com base nos autores, que a inclusão coloca em funcionamento o enunciado de que o sujeito com deficiência deve ser incluído na escola comum, delegando a esta a incumbência de eliminar as barreiras didáticas, físicas e atitudinais que dificultam o acesso, a participação e a aprendizagem dos sujeitos com deficiência. Nesse sentido, a Educação Inclusiva emerge da confluência de discursos relacionados aos direitos humanos, à “[...]democratização do ensino e ao neoliberalismo, enunciando a construção de uma escola para todos e que valorize as diversidades humanas, evidenciando, no contexto brasileiro, alguns discursos e deslocamentos” (Nozu; Bruno, 2021, p.93).

Pode-se visualizar este campo de disputa ou de complementaridade entre Educação Especial e Inclusiva em sua relação com a Educação do Campo, conforme expresso nas ementas dos cursos citadas no quadro abaixo, onde se enfatizam saberes dessas áreas, visando à garantia de aprendizagem das pessoas com deficiência ao serem abordados conhecimentos específicos, tais como: aspectos históricos da Educação Especial; tendências atuais sobre a Educação Inclusiva no cenário internacional e nacional no âmbito da formação de professores; aspectos referentes às políticas da Educação Especial e Inclusiva; e formas

organizativas do trabalho pedagógico, destacando-se o Atendimento Educacional Especializado como uma possibilidade de considerar as especificidades dos sujeitos escolares.

Quadro 2: Ementas voltadas ao tema da inclusão

INSTITUIÇÃO	Nome da disciplina	Ementas
UFFS	Educação Inclusiva	Processos de inclusão e exclusão escolar. Políticas e práticas para o atendimento educacional especializado do aluno com deficiência. Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação com as minorias historicamente excluídas.
UFRGS (nos dois cursos)	Educação Especial e Inclusão	Análise histórica da Educação Especial e das tendências atuais, no cenário internacional e nacional. Conceitos e paradigmas. Os sujeitos do processo educacional especial e inclusivo. A Educação Especial a partir do projeto político-pedagógico da Educação Inclusiva. Os alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica: questões de interdisciplinaridade, currículo, progressão e gestão escolar.
UNIPAMPA	Fundamentos da Educação Especial para a Educação do Campo	Educação de pessoas com deficiência. Legislação e políticas públicas de Educação Especial. Interfaces entre as modalidades de Educação do Campo e Educação Especial. Necessidades Educacionais Específicas e a Educação do Campo. Atendimento Educacional Especializado na Educação do Campo.

Fonte: elaborado pela autora

Importa ressaltar que, além dessas disciplinas específicas voltadas à temática da inclusão, todas as universidades ofertam a disciplina de LIBRAS, conforme dispõe a Lei nº 10.436/2002, que define diretrizes para o ensino da Língua Brasileira de Sinais. Contemplam-se, ainda, aspectos da cultura e identidade da pessoa surda, e instrumentalizam-se os professores para o uso de tecnologias voltadas para a surdez, a partir do conhecimento de aspectos da História da Língua Brasileira de Sinais.

Os saberes do campo da Educação Especial e Inclusiva evidenciam-se nas três universidades dispostas no quadro. Na UFFS, fica visível uma interface da Educação Especial e Inclusiva com a Educação do Campo quando se apresenta na ementa: “Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação com as minorias historicamente excluídas”. Tal aspecto relaciona-se com uma possível visão mais abrangente da inclusão, considerando a questão dos direitos e da cidadania, como abordado na disciplina de Direitos e Cidadania, ofertada no semestre que antecede a disciplina específica de Educação Inclusiva.

A UNIPAMPA, em sua grade curricular, inclui a disciplina de Fundamentos da Educação Especial para a Educação do Campo, relacionando essas duas modalidades e destacando a

expressão “interfaces” entre elas. Percebe-se que a disciplina Educação em Direitos Humanos e Gênero, Sexualidade e Educação parece complementar essa visão mais ampla, que aborda os direitos dos sujeitos historicamente excluídos.

Do mesmo modo, além dos conhecimentos específicos que constam na disciplina Educação Especial e Inclusão, no curso da UFRGS, são abordados aspectos históricos e legais de forma relacionada ao projeto político-pedagógico da Educação Inclusiva, bem como ao currículo e práticas organizativas da gestão escolar, enfatizando conhecimentos de modo interdisciplinar, a fim de atender às necessidades educacionais dos estudantes. A interface com a Educação do Campo, além de estar explícita na relação com os contextos escolares, parece traduzir-se por meio da disciplina de Diversidade Cultural: Perspectivas Antropológicas, que busca ampliar essa visão formativa, sendo ofertada no mesmo eixo do currículo.

As análises apontam a necessidade de garantir nesses cursos os saberes da Educação Especial e da Educação Inclusiva em seus currículos, para possibilitar que os docentes considerem as especificidades e singularidades dos sujeitos escolares. Conforme afirmam Carvalho, Menezes e Pagni (2021, p. 4), trata-se de reconhecer o “outro cujo direito de afirmar seu território existencial próprio não lhe é negado e cuja diferença não é lida como falta, imperfeição, deficiência”.

O curso ofertado pela FURG, ainda que não apresente uma disciplina específica sobre a Educação Especial e Inclusiva, traz em seu núcleo comum ementas relacionadas a elementos sociológicos, filosóficos e psicológicos da educação, articulados com a didática. Nesse sentido, podem ser contempladas, em certa medida, discussões preocupadas com as diferenças ou deficiências dos sujeitos. No entanto, sabe-se que essa preocupação não pode ficar a cargo do professor que ministra as disciplinas. Importa assegurar, tal como as diretrizes curriculares para a formação inicial em nível superior apontam, a consolidação da Educação Inclusiva (Brasil, 2015).

Segundo Caiado e Meletti (2011), é preciso contemplar, nesse processo formativo, a interface da Educação Especial e Inclusiva com a Educação do Campo, com vistas a atender às especificidades desses sujeitos no que diz respeito aos aspectos cognitivos de aprendizagem, mas também considerando outras singularidades que as diferentes culturas exigem. Ainda são poucas as pesquisas acerca da interface entre essas áreas, mas defende-

se que ela poderia dar mais visibilidade para os estudantes com deficiência, assim como qualificar a oferta de práticas inclusivas pautadas nos princípios da escola do campo.

Considerações finais

As reflexões sobre a escolarização de pessoas com deficiência que vivem no campo, nas águas e nas florestas ainda é muito incipiente, mas é fundamental que sejam contempladas nos cursos de Educação do Campo. Buscou-se compreender de que modo o tema da inclusão escolar vem sendo constituído por saberes da Educação Especial e Inclusiva e como se articulam no currículo dos cursos analisados, produzindo efeitos na formação dos professores, que precisarão considerar as diferenças dos sujeitos, assegurando seus direitos de escolarização e de aprendizagens.

É possível identificar, nas ementas dos cursos, as áreas da Educação Especial e da Educação Inclusiva – com exceção de um deles^{ix}, onde não aparecem explicitamente, o que não significa que a temática não esteja contemplada em outras disciplinas de maneira transversal. O que merece ser problematizado é a necessidade de interface entre essas áreas, considerando-se a diversidade dos modos de vida de povos do campo, ribeirinhos, comunidades indígenas, pescadores e quilombolas, entre outros. Assim, vale retomar outro trecho da música citada na abertura deste artigo:

Mas, apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
(MUNHOZ,1999)

Nesse sentido, algumas especificidades desses sujeitos com deficiência também é preciso garantir, dentro do que se tem entendido como público-alvo da Educação Especial. Ainda que sabemos que não há diagnóstico, classificação e planejamento que possam antecipar quem é esse sujeito, mas considerar suas diferenças é visualizar a multiplicidade de manifestações de vida em suas mais variadas formas. Portanto, pensar a escola como um espaço inclusivo “[...] pressupõe disseminar a necessidade de atenção e escuta do outro, um outro concebido e respeitado em sua plena singularidade” (CARVALHO; MENEZES; PAGNI, 2021, p.4).

Referências

- BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2002.
- BRASIL. **Política Nacional da Educação especial na perspectiva da Educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. **Resolução nº 2**, de 1º de julho de 2015. Brasília, DF: MEC/CNE, 2015.
- CAIADO; Katia Regina Moreno; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação especial na Educação do campo: 20 anos de silêncio no Gt 15. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, p.93-104, Maio-Ago., 2011.
- CARVALHO, Alexandre Filordi de; MENEZES, Eliana P.; PAGNI, Pedro Angelo. Diferença e corpo heterotópico da deficiência: um convite para se pensar de outro modo a escola inclusiva. **Revista Cocar**. Dossiê: Inclusão, diversidade e diferença no Ensino Superior. Edição Especial N.13/2022 p.1-22 ISSN: 2237-0315
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In. H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica** (p. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2003.
- LOCMANN, Kamila; KLEIN, Rejane Ramos. Políticas de Educação inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum. **Revista Educação especial, Santa Maria**. v. 35, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> Acesso em: 11 de abr. de 2023.
- MELGAREJO, Leonardo. Semana complicada. **Jornal Brasil de fato RS**. 26/05/2023. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/05/26/semana-complicada> Acesso em: 27 de mai. de 2023.
- MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- MOLINA, Monica C. Expansão das licenciaturas em Educação do campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.
- MUNHOZ, Pedro. **Canção da Terra**. DVD Poemas e outras canções urgentes. Escrita em Dezembro/1999. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3OIsEbOdc-s> Acesso em 17 de Jul. de 2023.
- NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Para além das políticas da diversidade: interfaces da educação Especial e da educação do campo. **Currículo sem Fronteiras**. v. 21, n. 1, p. 88-113, jan./abr. 2021 Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol21iss1articles/nozu-bruno.pdf> Acesso em 18 de mai. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do campo:** Ciências da Natureza – licenciatura. Campus Erechim, 2019. 206p. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/ccieccner> Acesso em: 03 de jan. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). **Curso de licenciatura em Educação no Campo-Ênfase em Ciências Da Natureza e Ciências Agrárias.** Campus São Lourenço. 39p. Disponível em: <https://educacaodocampo.furg.br/o-curso> Acesso em: de ago. de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. (UFRGS). **Plano de desenvolvimento institucional.** Período 2016-2026. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pdi/PDI_2016a2026_UFRGS.pdf Acesso em: 07 de março de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. (UFRGS). **Projeto Pedagógico, Do Curso De licenciatura em Educação do campo** – Ciências Da Natureza. Programa Especial De Graduação – PEG. Campus Litoral Norte. 2019. 91p. Disponível em: https://www.ufrgs.br/educampolitoral/?page_id=44. Acesso em: 09 de Dez. de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Projeto Pedagógico do Programa Especial de Graduação da licenciatura em Educação do campo** - Ciências da Natureza. Campus Porto Alegre. 2018. 76p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/liceducampofaced/projeto-pedagogico/>Acesso em:3 de jan. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. (UNIPAMPA). **Projeto Pedagógico do Curso Educação do campo.** licenciatura. Campus Dom Pedrito. 2019. 279p. Disponível em: Acesso em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/projeto-politico-pedagogico-do-curso/>

VEIGA NETO, Alfredo José. **Foucault & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Notas

ⁱ O Ministro da Agricultura é Carlos Fávaro, na atual Gestão do Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2023-2027).

ⁱⁱ Essa expressão tem sido muito utilizada nas escolas para nomear os estudantes vistos como público-alvo da política de inclusão. Por mais que possamos problematizar a expressão “público-alvo”, ela tem servido para demarcar os estudantes que precisam de alguma adaptação curricular e ou necessitam do Atendimento Educacional Especializado em sala de recursos no ambiente escolar. Além dessa nomeação, têm sido criadas outras formas de identificar esses sujeitos, tais como, “laudados”, “inclusos”, “deficientes”, entre outras que constituem suas identidades a partir do processo de normalização escolar.

ⁱⁱⁱ Observa-se que, em 2005, com a realização do I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, em que participaram pesquisadores de 24 estados do Brasil, houve a necessidade de reafirmar a importância e a prioridade de produzir “[...] subsídios a políticas públicas a fim de contribuir na promoção do desenvolvimento e da educação nos territórios rurais, como também, possibilitar a ampliação das articulações interinstitucionais, construindo agenda comum” (Molina, 2006, p. 9).

^{iv} A pesquisa nos sites das universidades foi realizada de 2020 a 2022. Possivelmente, algumas informações já foram modificadas desde as consultas para levantamento e sistematização dos dados dos cursos pesquisados.

^v Nesse momento da pesquisa, por seu objetivo apresentar um caráter documental, sem envolver a escuta dos sujeitos envolvidos – como coordenadores, professores e estudantes dos cursos –, não foi necessário passar pelo comitê de ética.

^{vi} Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (MOLINA, 2003); Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação de Profissionais para Assistência Técnica, conhecido como Residência Agrária (Molina, 2009); Saberes da Terra (Antunes-Rocha, 2010).

^{vii} Os cursos, portanto, respondem às orientações básicas propostas pelo Edital 02/2012 SECADI/SESU/SETEC – MEC: a) O curso considera a perspectiva da interdisciplinaridade, a qual se caracteriza como uma estratégia de integração metodológica, seja para fins tecnológicos, epistemológicos ou pedagógicos, podendo gerar novos campos de conhecimento ou procedimentos inovadores para responder a novas necessidades sociais. b) Organizar os componentes curriculares em áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, com ênfase nas Ciências da Natureza, de modo que os estudantes possam vivenciar, na prática de sua formação, a lógica do trabalho pedagógico para o qual estão sendo preparados. c) Organizar metodologicamente o currículo por alternância entre Tempo/Espaço e Universidade e Tempo/Espaço Comunidade, para permitir o necessário diálogo entre saberes técnico-tecnológicos e saberes das tradições culturais oriundos das experiências de vida no campo. (Brasil, 2012)

^{viii} Estes dois cursos nascem a partir de uma única proposta, mas guardam diferenças entre si, as quais foram sendo constituídas ao longo de sua oferta em cada campus. Atualmente, o campus Litoral Norte teve a aprovação do curso como permanente (noturno), tendo previsão em novembro de 2024 para ofertar a quinta turma por meio de vestibular. Já a proposta do curso do campus de Porto Alegre sofreu modificações; ainda como oferta de curso na modalidade de Programa Especial de Graduação, pretende ofertar em 2024 a quinta turma da EduCampo por meio da implementação de até dois “Núcleos Comunitários”, mediante a instauração de “Termo de Cooperação” entre a UFRGS e Prefeituras e/ou demais instituições locais.

^{ix} Em busca pelas palavras-chave “Educação Especial”, “Educação Inclusiva” ou mesmo “inclusão” em seu PPC, não foi encontrado nenhum fundamento ou perspectiva para que seja contemplado como um conceito no âmbito formativo.

Sobre a autora

Rejane Ramos Klein

Professora do Departamento Interdisciplinar no Campus Litoral Norte na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua em Cursos de Licenciatura em Educação do Campo-Ciências da Natureza e Pedagogia EaD. Graduada em Pedagogia (2002), Mestre (2005) e Doutora em Educação (2010) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pós-Doutoramento no Programa de Pós-Graduação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (2019-2020). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e In/exclusão (GEIX/CNPq). Integra a Rede de Investigação em Inclusão, Aprendizagem e Tecnologia em Educação (RIIATE) e a Rede Educação Especial do Campo. Email: rrklein1@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7794555709395113> - Orcid: 0000-0001-7136-466X

Recebido em: 06/11/2023

Aceito para publicação em: 12/11/2023

As discursividades sobre a inclusão escolar nos cursos de licenciatura em Educação do Campo no Rio Grande do Sul
